PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 718-B, DE 2017
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Susta a eficácia da Resolução Homologatória n.º 2.177, de 29 de novembro de 2016, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que fixa o valor revisado da Tarifa Atualizada de Referência - TAR para o ano de 2017, para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH; tendo parecer: da Comissão de Minas e Energia, pela rejeição deste e do de nº 728/17, apensado (relator: DEP. JOAQUIM PASSARINHO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição deste e do de nº 728/17, apensado (relator: DEP. EVANDRO ROMAN).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

MINAS E ENERGIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto legislativo nº 718/2017 para sustar a eficácia da Resolução Homologatória nº 2.177, de 29 de novembro de 2016, da ANEEL, que fixou o valor revisado da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) para o ano de 2017, para fins de cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) que os Estados e Municípios fazem *jus*.

O autor da proposição explica que *“o dinheiro dos chamados ‘royalties’ é cobrado das Usinas Hidrelétricas referente às terras alagadas dos atingidos por barragens e repassado anualmente para os municípios e estados onde as terras foram alagadas. A cobrança da CFURH é garantida em Lei Federal e cobrada desde 1998”*.

Ademais, segundo o autor do presente projeto, *“no último ano (2016), as usinas tiveram que pagar cerca de R\$ 1,88 bilhão. Mantendo a mesma produção de energia e corrigindo pela inflação (IPCA), em 2017 a expectativa seria uma arrecadação de cerca de R\$ 2 bilhões”*.

Contudo, mesmo diante daquela expectativa, o autor sustenta que *“a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu reduzir em cerca de 30% o valor das Compensações Financeiras pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). O prejuízo aos estados e municípios atingidos de todo Brasil será cerca de R\$ 600 milhões por ano”*.

O apensado, PDC nº 728/2017, autor Deputado Nilto Tatto, também *“susta a Resolução Homologatória da ANEEL Nº 2.177 de 29 de novembro de 2016, que ‘Fixa o valor da Tarifa Atualizada de*

Referência, TAR, para o ano de 2017, para o calculada Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, CFURH”.

O projeto e o apensado foram distribuídos às Comissões de Minas e Energia e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

A **Comissão de Minas e Energia** aprovou o parecer do **Relator, Deputado Joaquim Passarinho**, no sentido da *“rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 718/2017 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 728/2017, apensado”*.

A proposição e o apensado estão sujeitos à apreciação do Plenário. Exaurido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O feito foi a mim redistribuído em 2019.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Quanto à **Constitucionalidade Formal**, os presentes projetos de decreto legislativo encontram amparo no artigo 49, inc. V, da Constituição Federal de 1988.

Quanto à análise da **Constitucionalidade Material**, necessário, primeiramente, transcrever o *histórico legislativo* feito pelo **Relator** na **Comissão de Minas e Energia, Deputado Joaquim Passarinho**, nos seguintes termos:

- A **Lei nº 7.990/1989** estabeleceu compensação financeira aos entes federados pela utilização de recursos hídricos destinados à geração de energia elétrica;
- A **Lei nº 9.648/1998**, com a redação da Lei nº 13.360/2016, fixou que a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) corresponderá a um percentual de 7%;
- O **Decreto nº 3.739/2001** definiu o valor total da energia produzida para fins de Compensação Financeira: energia de origem hidráulica efetivamente verificada (medida em megawatt-hora) x Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- O **Decreto nº 3.739/2001** definiu que o principal insumo do TAR é o preço médio da energia de origem hidráulica adquirida pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica dos geradores, dado em R\$/MWh, descontados desse custo médio os valores referentes aos encargos setoriais e os tributos vinculados à atividade de geração e transmissão;

- A Tarifa Atualizada de Referência para o cálculo da CFURH, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, foi de R\$ 75,45/MWh (Resolução Homologatória nº 1.401 da ANEEL);
- Valor reajustado anualmente pela variação do IPCA, atingindo o montante de R\$ 93,35/MWh no ano de 2016;
- **Lei nº 12.783/2013** (conversão da Medida Provisória nº 579/2012) estabeleceu que a energia das usinas com contratos a serem renovados deveria ser direcionada ao mercado regulado, por meio de cotas. O novo regime definiu um preço máximo para a energia produzida e comercializada por um conjunto de usinas hidrelétricas cujos contratos de concessão foram renovados por mais 30 anos, reduzindo substancialmente o valor das tarifas, que passou a cobrir apenas os custos de operação e manutenção das usinas;
- A **Lei nº 12.783/2013** foi publicada somente em 11 de janeiro de 2013, razão pela qual o regime de cotas não afetou a revisão da TAR em 2012, com vigência até 2016.

Como visto, a Resolução Homologatória nº 2.177, de 29 de novembro de 2016, da ANEEL não exorbitou em seu poder de regulamentar o Decreto nº 3.739/2011, pois simplesmente delineou aquilo que já estava previsto no referido decreto presidencial, mormente quando se verifica que a novel legislação somente foi publicada após a edição da resolução da ANEEL. Para o **constitucionalista José Afonso da Silva**, o decreto legislativo *“tem natureza de verdadeiro controle político de constitucionalidade, pois se o ato (regulamento ou lei delegada) do Poder Executivo exorbita do seu poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é porque contraria as regras de competência estabelecidas pela Constituição. Ou, melhor, contraria o princípio da divisão de Poderes”*¹.

No caso, a presente proposição e o respectivo apensado, a pretexto de resguardar competência legislativa, incorre em violação ao art. 49, inc. V, da Constituição Federal, pois, além de sequer demonstrar onde estaria o ponto exorbitante da resolução, o normativo da ANEEL encontra estrito amparo no Decreto nº 3.739/2011, sem qualquer invasão de competência, razão pela qual os projetos não encontram amparo na regra constitucional.

Há mais. O **Relator na Comissão de Minas e Energia, Deputado Joaquim Passarinho**, apontou que a pura e a simples sustação da resolução da ANEEL criaria um *indesejável limbo normativo*, podendo agravar ainda mais a situação econômica dos Estados e dos Municípios, pois seria necessário editar uma nova resolução para o cálculo da compensação financeira devida aos entes federados pela utilização de recursos hídricos destinados à geração de energia elétrica, em franca desarmonia com a regra constitucional da Segurança Jurídica, que pressupõe justamente estabilidade, previsibilidade e constitucionalidade dos atos emanados dos

¹ **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 411.

Poderes.

Portanto, prudente a sugestão do Deputado Joaquim Passarinho, no sentido da *“instalação de uma subcomissão, no âmbito desta Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de buscar viabilizar junto ao Poder Executivo uma metodologia alternativa de cálculo da CFURH, de modo a corrigir os efeitos financeiros decorrentes da última revisão da Tarifa Atualizada de Referência, bem como conferir maior previsibilidade à arrecadação da CFURH”*.

As presentes proposições, então, são materialmente inconstitucionais, seja porque violam o art. 49, inc. V, da Carta de Outubro, seja porque violam a regra constitucional da Segurança Jurídica.

Ante o exposto, voto pela inconstitucionalidade material do PDC nº 718/2017 e do PDC nº 728/2017 (apensado), prejudicada a análise de juridicidade e da boa técnica legislativa e, no mérito, voto pela rejeição dos respectivos projetos de decreto legislativo.

Sala da Comissão, de julho de 2019

**Deputado EVANDRO ROMAN
(PSD/PR)
Relator**

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 718/2017 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 728/2017, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Evandro Roman, contra os votos dos Deputados Alencar Santana Braga e Talíria Petrone.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Felipe Francischini - Presidente, Bia Kicis, Lafayette de Andrada e Caroline de Toni - Vice-Presidentes, Afonso Motta, Alceu Moreira, Alencar Santana Braga, Arthur Oliveira Maia, Aureo Ribeiro, Beto Rosado, Celso Maldaner, Daniel Freitas, Darci de Matos, Delegado Éder Mauro, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Waldir, Diego Garcia, Edilázio Júnior, Eduardo Bismarck, Eduardo Cury, Enrico Misasi, Exedito Netto, Fábio Trad, Genecias Noronha, Geninho Zuliani, Gilson Marques, Herculano Passos, João Campos, João H. Campos, João Roma, Joenia Wapichana, José Guimarães, Júlio Delgado, Júnior Mano, Léo Moraes, Luizão Goulart, Marcelo Aro, Marcelo Ramos, Márcio Biolchi, Margarete Coelho, Maria do Rosário, Nicoletti, Pastor Eurico, Paulo Abi-Ackel, Paulo Azi, Paulo Eduardo Martins, Paulo Teixeira, Pompeo de Mattos, Rubens Bueno, Samuel Moreira, Sergio Toledo, Sergio Vidigal, Shéridan, Talíria Petrone, Aliel Machado, Capitão Wagner, Chris Tonietto, Dr. Frederico, Francisco Jr., Gervásio Maia, Gurgel, Marcelo Freixo, Pedro Cunha Lima, Pedro Lupion, Pedro Westphalen e Reginaldo Lopes.

Sala da Comissão, em 4 de setembro de 2019.

**Deputado FELIPE FRANCISCHINI
Presidente**